

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO
		INICIAL	ATUAL	
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção

A energia elétrica gerada pela Companhia, até 31 de dezembro de 2012, foi fornecida exclusivamente para FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Em 21 de dezembro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Homologatória 1.407/2012, estabelece as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2018, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN.

Também, em 3 de dezembro de 2013, a ANEEL, através da Resolução Homologatória 1.663/2013, estabelece as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2014 a 2019, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN.

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de Março de 2014.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, estando certos os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidos abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior, salvo disposição em contrário.

3.1 - Estimativas contábeis críticas

a) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Obrigação para desmobilização de ativos

O valor atual dessa obrigação depende de fatores, como a taxa de desconto, determinada ao final de cada exercício, conforme mencionado acima, e nas condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

Se a taxa de desconto estimada, após o imposto, aplicada na apuração do valor presente da obrigação para desmobilização de ativos fosse 1,00% maior que a estimativa da administração (6,80% em substituição a 4,98%), a Companhia teria reconhecido uma redução do passivo de R\$ 51 milhões em contrapartida do ativo imobilizado.

c) Impairment de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14c).

No exercício de 2013 foram identificadas perdas (*impairment*) relativo a Angra 3.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras são capitalizados no ativo imobilizado.

3.4 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

3.4.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referentes a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que, fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.3 - *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento, mantido até o vencimento, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía somente duas operações com derivativos (compra de dólar no mercado futuro e operação com swap), não denominada como instrumento de *hedge de fluxo de caixa*, conforme detalhado na Nota 11.

a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge de fluxo de caixa*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

3.6 - Clientes

A conta de clientes corresponde a um líquido a receber das concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN., pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sendo, na prática, normalmente reconhecidas ao valor faturado.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, conforme detalhado na Nota 6.

A outra parcela da conta de clientes, em dezembro de 2012, correspondente ao diferencial de que trata o art. 12, da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, homologado pelo art. 2º, da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, foi estornada em 2013 de acordo com o parágrafo 4º deste art. 2º que foi acrescentado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.585, de 13 de

agosto de 2013, no qual foi facultado a celebração de acordo entre Eletronuclear e Furnas Centrais Elétricas S.A. – FURNAS visando a cessão à Furnas do direito de faturar as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Em 24 de outubro de 2013, a ELETRONUCLEAR e FURNAS assinaram um Instrumento de Transferência de Obrigação de Cobrança e Outras Avenças, onde a primeira transfere a segunda o direito de cobrança que detém junto às distribuidoras de energia elétrica, do diferencial de que FURNAS é credora, de acordo com autorização da ANEEL.

3.7 - Estoques de combustível nuclear e almoxarifado

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, são apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 8);
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 9).

3.8 - Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos.

3.9 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)

A Companhia possui com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, classificados como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante, realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 11 e o seu uso é restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

3.10 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados, no ativo não circulante e estão detalhados na Nota 12.

3.11 - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações.

Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio, na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial, verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

3.12 - Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na tabela XVI do anexo a Resolução Normativa Aneel Nº 474 de 07.02.2012 (DOU 16.02.2012 e 22.03.2012 retificação) e alterações previstas na Resolução Normativa Aneel Nº 529 de 21.12.2012 (DOU 28.12.2012), sendo 3,33% ao ano a taxa média praticada para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2; 16,67 % para ativos de informática; 14,29% para os veículos e 6,25% para os demais ativos utilizados administrativamente. A administração reconhece ainda como custo adicional de depreciação, através de testes individuais realizados em seus ativos, as parcelas de depreciações que, segundo os critérios estabelecidos pela Aneel, excedam as datas das licenças de operação das Usinas de Angra 1 e 2, sendo estas respectivamente 12/2024 e 06/2041. Desta forma, a parcela de depreciação assim considerada excedente é reconhecida de forma linear ao prazo de vida útil remanescente de cada ativo, respeitando-se os limites individuais das licenças de operação de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). A adoção deste procedimento a partir do exercício de 2013 implicou no reconhecimento de uma depreciação adicional no montante de R\$ 52.966 em 2013.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que, o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

Os encargos financeiros e as variações monetárias são apropriados ao resultado do exercício, sendo transferida para o imobilizado em curso a parcela correspondente aos financiamentos dos bens alocados nesse grupo contábil, nos termos da Instrução contábil 6.3.10 item 4, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico expedido pela ANEEL e de acordo com a Deliberação CVM nº 193, de 11/07/1996.

Obrigações especiais - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 14).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01 e, portanto, não está inserida em seu alcance.

3.13 - Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia adota variáveis e premissas, em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração, para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa. Tais julgamentos podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão

3.14 - Intangível - Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;
- O Software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequadamente recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

3.15 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano.

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.16 - Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.17 - Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual, incluído na mesma classe de obrigações, seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.18 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e o diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.19 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 21).

A Companhia tem planos de benefício definido que são diferentes de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores: como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

3.20 - Obrigação para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa periodicamente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

3.21 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.22 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo uma provisão contábil passiva para pagamento de participação nos lucros e resultados aos seus empregados. Essa provisão decorre de uma obrigação construtiva, configurada pela prática frequente desse benefício, realizada em diversos exercícios anteriores, não tendo ocorrido no presente qualquer alteração dessas características.

3.23 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.24 - Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO

4.1 - Fatores de risco

Com o auxílio da empresa de consultoria contratada pela controladora ELETROBRAS, a Companhia elaborou a sua matriz de riscos. Os principais fatores considerados nesse levantamento são monitorados permanentemente, a saber:

a) Riscos socioambientais

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor, observadas as questões detalhadas na Nota 14(item d).

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais que disciplinam atividades envolvendo o uso de matéria-prima radioativa e a guarda de seus dejetos, para que os efeitos sobre o meio ambiente das suas operações devam ser por ela evitados, mitigados ou corrigidos, quando necessário.

Seguem abaixo, os principais eventos aqui tratados, com as suas devidas descrições, que se não observados atentamente podem causar: atrasos na execução de obras ou paradas não programadas das usinas, com conseqüente aumento de custos e perda de rentabilidade nos empreendimentos, perda de imagem, sanções e penalidades aplicadas pelos órgãos regulador-fiscalizadores, processos judiciais, mobilizações sociais, acidentes socioambientais e redução no valor de mercado da Companhia.

Todos esses eventos estão sob rígido controle e são permanentemente monitorados pela Companhia, estando pendente apenas a renovação do Licenciamento Ambiental, que será liberado pelo IBAMA, a saber:

- Licenciamento ambiental (Nota 14, item “d”) - atraso na renovação da licença ambiental dos empreendimentos Angra 1 e Angra 2;
- Impactos na biodiversidade - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na fauna e flora das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Impacto socioeconômico - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na comunidade das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Controles ambientais - controles inadequados relacionados à gestão de resíduos, lançamentos de efluentes, emissões atmosféricas e uso e manuseio de produtos perigosos, não perigosos ou proibidos;

- Passivos ambientais - tratamento inadequado dos passivos ambientais identificados na Companhia;
- Contaminação radiológica - contaminação radiológica do meio ambiente e população e/ou aumento do nível de radiação acima dos limites permitidos;
- Emissão de CO2 - incapacidade de reduzir o volume de CO2 emitido pelas operações da Companhia;
- Trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório - utilização de trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório nas operações, realizadas direta ou indiretamente pela Companhia.

b) Risco trabalhista

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo para descomissionamento) e ao euro (empréstimos e financiamentos).

Com exceção de compra de dólar futuro e a operação de swap, detalhados na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRAS.

Uma variação de 10% do real, em relação ao euro, resultaria em um aumento ou redução de aproximadamente R\$ 1.304 no patrimônio líquido da Companhia.

d) Outros fatores de riscos

Outros principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

• Risco de crédito

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica em 2013 comercializada, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

• **Risco de liquidez**

A Administração da ELETRONUCLEAR entende não haver exposição ao risco de liquidez corrente e liquidez geral, uma vez que:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 1,00, e;
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,31.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2012 (i)				
- Empréstimos	115.554	113.033	534.658	4.329.010
- Fornecedores (iii)	443.648	229.857	316.997	-
TOTAL	559.202	342.890	851.655	4.329.010
Em 31 de dezembro de 2013 (i)				
- Empréstimos	321.498	127.574	807.321	5.141.576
- Fornecedores (iii)	206.545	45.864	45.864	-
TOTAL	528.043	173.438	853.185	5.141.576

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.
- (ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	3.228.033	2.448.984
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(6.917)	(131.354)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(33.190)	(513.492)
Dívida líquida	3.187.926	1.804.138
Total do patrimônio líquido	5.834.497	6.351.420
Total do capital total	9.022.423	8.155.558
Índice de alavancagem financeira - %	35	22

4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
R\$ MIL			
DESCRIPTIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2013
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Contas a receber de clientes	107.608	-	107.608
- Caixa e equivalentes de caixa	-	6.917	6.917
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	33.190	33.190
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	281.006	281.006
Em 31 de dezembro de 2013	107.608	321.113	428.721

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2012			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2012
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Dólar comercial futuro (i)	-	852	852
- Contas a receber de clientes	875.736	-	875.736
- Caixa e equivalentes de caixa	-	131.354	131.354
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	-	513.492	513.492
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	-	229.818	229.818
Em 31 de dezembro de 2012	875.736	875.516	1.751.252

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo por meio de resultado, estão incluídos nos níveis 1 e 2, ou seja, a determinação é efetuada através de técnicas de avaliação, conforme quadro a seguir:

ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	Nível 1	Nível 2	Total
Caixa e equivalentes de caixa	131.354	-	131.354
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	513.492	-	513.492
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	229.818	-	229.818
Derivativos (dólar futuro BMF) (i)	-	852	852
Total de ativos em 31/12/2012	874.664	852	875.516
Caixa e equivalentes de caixa	6.917	-	6.917
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	33.190	-	33.190
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	281.006	-	281.006
Total de ativos em 31/12/2013	321.113	-	321.113

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Assim, as aplicações financeiras da Companhia, apresentadas nos quadros abaixo (“a” e “b”) representam recursos mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, em Extra mercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que, oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversível em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento das atividades de operação da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	6.917	2.377
Aplicações financeiras	-	128.977
SALDO	6.917	131.354

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras:		
Recursos BNDES para usina Angra 3	12.937	220.570
Recursos ELETROBRAS / RGR para usina Angra 3	-	292.922
Recursos C.E.F para usina Angra 3	20.253	-
TOTAL	33.190	513.492

NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Energia contratada	Desvio negativo	Diferencial RH 1.406/2012	TOTAL
Ativo circulante	267.487	-	208.037	475.524
Ativo não circulante	-		400.212	400.212
31/12/2012	267.487		608.249	875.736
Ativo circulante	218.280	(110.672)	-	107.608
Ativo não circulante	-		-	-
31/12/2013	218.280	(110.672)	-	107.608

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. No exercício de 2013 não houve qualquer registro de inadimplência por parte das concessionárias de distribuição.
- b) Em 2013, foi estornado um contas a receber no valor de R\$ 640.695 referente ao diferencial previsto no artigo 12, da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009 efetuado em dezembro de 2012; bem como os respectivos ajustes a valor presente e um passivo de Contribuições do PASEP e COFINS. Essa operação está respaldada pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 1585, de 13 de agosto de 2013, com base no artigo 4º, onde facultou a celebração de um acordo entre ELETRONUCLEAR e FURNAS visando a cessão à FURNAS do direito de faturar as concessionárias de serviço público de distribuição de energia o referido diferencial.
- c) O desvio negativo de R\$ 110.672 provisionados em dezembro de 2013 é em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para 2013. Ela será devolvida para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN em doze parcelas no exercício de 2014.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/12/2013	31/12/2012
IRRF sobre aplicações financeiras	2.731	117
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	107	2.378
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	89	1.982
Saldo de antecipações de IRPJ	18.913	40.155
Saldo de antecipações de CSLL	6.756	14.374
IRRF sobre serviços prestados Exterior pago a maior	14.649	13.681
CIDE sobre serviços prestados Exterior pago a maior	9.766	9.121
Créditos fiscais Pasep e Cofins	17.174	-
Outros	240	169
TOTAL	70.425	81.977

NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Concentrado de urânio	Elementos prontos	Serviços em curso	TOTAL
Ativo circulante	-	360.751	-	360.751
Ativo não circulante	143.116	109.153	229.226	481.495
TOTAL EM 31/12/2012	143.116	469.904	229.226	842.246
Ativo circulante	-	343.730	-	343.730
Ativo não circulante	85.025	216.856	205.607	507.488
TOTAL EM 31/12/2013	85.025	560.586	205.607	851.218

NOTA 9 - ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo diário das usinas no curto prazo, assim como os adiantamentos efetuados a fornecedores, para a aquisição dos correspondentes materiais, totalizando R\$ 129.133 (R\$ 64.925 em 31 de dezembro de 2012).

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prêmios de seguros	1.576	8.063	-	-
Partes relacionadas	9.860	13.806	-	-
Antecipação de Encargos ELETROBRAS	5.619	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	2.255	7.435	-	-
Furnas - Contingência trabalhista	-	-	15.732	15.732
Furnas - Contingência trabalhista atualização	-	-	5.854	-
DNIT - Ressarcimento de despesa	-	10.108	-	-
CONFAB - multa contratual	-	5.336	-	-
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	9.960	9.683	-	-
Devedores diversos	5.754	5.300	1.289	1.289
TOTAL	39.165	63.872	22.875	17.021

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 23.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à ELETROBRAS.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRAS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRAS, para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente a ELETROBRAS estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base do cálculo, a parcela considerada pela ANEEL na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2013 o valor fixado para depósito foi o montante R\$ 8.016, conforme correspondência ELETROBRAS CTA-DFT 481/2013 de 23/01/2013.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Conta-corrente	10	16
Operações compromissadas	-	-
Letra Financeira do Tesouro	280.986	230.648
Ajuste Mercado Futuro:		
- Swap	-	-
- Dólar Comercial Futuro	-	(852)
- Outros	10	6
Subtotal	281.006	229.818
Dólar Comercial Futuro	-	852
TOTAL	281.006	230.670

As margens negativas das operações com dólar futuro estão classificadas no passivo não circulante – Outros. O valor do ajuste, em 31 de dezembro de 2013, foi nulo (R\$ 852 em 31 de dezembro de 2012).

Mensalmente, a ELETROBRAS informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Em dezembro de 2013, o fundo apresenta um ganho financeiro de R\$ 28.799 (Nota 28), (R\$ 27.939 em 2012), em função da variação cambial do dólar norte-americano em relação ao real, ocorrida nos períodos.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	48.640	39.322
Quotas de 2008 a 2013	169.658	156.587
Total de quotas recolhidas	218.298	195.909
Ganhos líquidos auferidos acumulados	62.708	33.909
Patrimônio líquido do fundo	281.006	229.818
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	-	852
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	281.006	230.670

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	13.129	11.199
Contingências cíveis	98	3.411
Contingências tributárias	18.309	18.307
	31.536	32.917
Outros depósitos	769	723
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	13.345	6.086
TOTAL	45.650	39.726

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
Composição	SALDO EM 31/12/2012	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/12/2013
		BAIXAS	INCLUSÕES	
Depósitos judiciais	32.917	(4.708)	3.327	31.536
Outros depósitos	723	-	46	769
Atualização monetária s/depósitos judiciais	6.086	-	7.259	13.345
TOTAL	39.726	(4.708)	10.632	45.650

NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.395.269 (R\$ 1.428.625 em 31 de dezembro de 2012) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.594.613 (R\$ 1.627.498 em 31 de dezembro de 2012).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa em função de vários fatores, a saber:

- Não há histórico consistente de rentabilidade;
- Instituição em fevereiro de 2014 do Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012. O período das adesões será entre março e abril de 2014 e dos desembolsos, por conta dos desligamentos, de agosto de 2014 a dezembro de 2015. Tão logo as adesões ao PSPE sejam finalizadas há de se reconhecer contabilmente seus efeitos, conforme legislação societária; o que pode afetar significativamente os resultados da companhia nos anos de 2014 e 2015.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados nas Notas 18 e 29.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO			
		31/12/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO Angras 1 e 2	3,3	8.852.816	(3.369.641)	5.483.175	5.533.469
		8.852.816	(3.369.641)	5.483.175	5.533.469
EM CURSO Angras 1, 2 e 3 Impairment Angra 3		4.312.775	-	4.312.775	2.880.400
		(532.509)	-	(532.509)	-
		3.780.266	-	3.780.266	2.880.400
TOTAL BRUTO		12.633.082	(3.369.641)	9.263.441	8.413.869
Obrigações especiais	3,3	(237)	167	(70)	(94)
VALOR LÍQUIDO		12.632.845	(3.369.474)	9.263.371	8.413.775

b) Movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2013 - R\$ MIL								
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIÇÃO CAPITALIZADA	IMPAIRMENT ANGRA 3	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS*	SALDO EM 31/12/2013
Em curso	2.880.400	1.512.129	113.365	841	(532.509)	(193.197)	(763)	3.780.266
Em serviço: custo	8.567.566	-	-	-	-	193.197	92.053	8.852.816
depreciação	(3.034.097)	(335.512)	-	(841)	-	-	809	(3.369.641)
Total em serviço	5.533.469	(335.512)	-	(841)	-	193.197	92.862	5.483.175
TOTAL BRUTO	8.413.869	1.176.617	113.365	-	(532.509)	-	92.099	9.263.441
Obrigações especiais	(94)	-	-	-	-	-	-	(94)
depreciação	-	24	-	-	-	-	-	24
TOTAL	8.413.775	1.176.641	113.365	-	(532.509)	-	92.099	9.263.371

*O valor de R\$ 92.099 na coluna de BAIXA/OUTROS está composto de R\$ 98.625 (Ajuste desmobilização), R\$ 5.354 (valor transferido do imobilizado para o intangível) e R\$ 1.172 (baixas e outros).

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2012 - R\$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES / DEPRECIACÃO	ENCARGOS FINANCEIROS E RENDIMENTOS CAPITALIZADOS	DEPRECIACÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2012
Em curso	2.174.374	1.317.819	75.550	651	(687.561)	(433)	2.880.400
Em serviço: custo	7.896.945	-	-	-	687.561	(16.940)	8.567.566
depreciação	(2.785.236)	(255.981)	-	(651)	-	7.771	(3.034.097)
Total em serviço	5.111.709	(255.981)	-	(651)	687.561	(9.169)	5.533.469
TOTAL BRUTO	7.286.083	1.061.838	75.550	-	-	(9.602)	8.413.869
Obrigações especiais	(118)	-	-	-	-	-	(118)
depreciação	-	24	-	-	-	-	24
TOTAL	7.285.965	1.061.862	75.550	-	-	(9.602)	8.413.775

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. Quando identificada a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, esta provisão é reconhecida no resultado do período na rubrica Provisões Operacionais.

c.1) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

c.2) Taxa de desconto (após os impostos), para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 6,80% obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital; para a Usina Angra 3 devido suas características especiais de financiamento a taxa de desconto utilizada foi a de 5,60%

c.3) A taxa de crescimento não inclui inflação.

A análise determinou a necessidade de constituição de provisão para perdas na Usina Angra 3, os testes apontaram para "*impairment*" no valor de R\$ 532.509, provocando uma redução do Ativo Imobilizado correspondente, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos e a Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos, com Revalidação Periódica de Segurança – RPS, a cada 10 anos.

Em 12 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Operação, unificada, nº 1217/2014 para as Usinas de Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

No presente exercício, foi contabilizado ajuste a valor presente, decorrente de diferença da taxa de 4,98% ao ano para 6,80% ao ano, sobre o Passivo para Desmobilização das Usinas Angra 1 e Angra 2. O valor registrado a débito no Passivo Não Circulante de R\$ 184.863, teve como contrapartida o Ativo Imobilizado.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 6,80% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema ELETROBRAS.

f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

g) Empreendimento Angra 3

O planejamento original para a construção da Usina Nuclear Angra 3 previa que a planta seria implementada com base em um Cronograma Executivo de 66 meses. Tal premissa fundamental era alicerçada na experiência da ELETRONUCLEAR com a construção de Angra 2, excluídos os períodos nos quais suas atividades estiveram paralisadas, bem como, com os programas de implantação das usinas nucleares mais recentemente construídas na Alemanha. O início desse prazo foi caracterizado pelo início da execução dos serviços de concretagem do edifício do reator, ocorrido em 1º de setembro de 2010. A viabilização desse prazo contemplava diversas premissas, algumas das quais ainda

não concretizadas e, adicionalmente, não se anteviam grandes dificuldades de natureza externa que impactassem sobremaneira o desenvolvimento das obras.

Diante desse quadro de incertezas, em setembro de 2012, a ELETRONUCLEAR comunicou à sua empresa controladora - ELETROBRAS que, com base em avaliações ainda preliminares, o empreendimento Angra 3 apresentava atrasos irrecuperáveis da ordem de 7 meses, o que postergaria o início de operação comercial da usina, de 1º de dezembro de 2015 para 1º de julho de 2016.

Em abril de 2013, com base em análises detalhadas das diversas etapas que compõem o cronograma executivo, a ELETRONUCLEAR informou a sua controladora que o término da implantação de Angra 3 se dará em maio de 2018.

Dentre os motivos externos que mais vêm impactando o cronograma do empreendimento, destacam-se:

- Os entraves regulatórios no processo de licenciamento de segurança nuclear pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, que a despeito da Licença de Construção promulgada em março de 2010, requer emissões gradativas de “Autorizações para Concretagem de Elementos Estruturais”. Até dezembro de 2013, foram emitidas 44 autorizações, no entanto, em ritmo e quantidade aquém das necessidades para o fiel cumprimento das sequências lógicas do cronograma.
- As dificuldades para a efetivação do novo arranjo financeiro para suportar a aquisição de bens e serviços no exterior, originalmente através de bancos estrangeiros, posteriormente através do BNDES e agora, assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF), porém ainda pendente do equacionamento das contra garantias comerciais estabelecidas pelo próprio contrato.
- O término das gestões junto à AREVA, visando buscar a redução dos prazos de fornecimento de equipamentos e sistemas importados, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital.
- A efetivação dos contratos com a AREVA, que depende da eficácia do aludido contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.
- Grandes interferências no processo licitatório dos serviços de montagem eletromecânica, oriundas de recursos e impugnações interpostas, por participantes da concorrência, na esfera judicial e no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU.

Em 11 de março de 2014 o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 591/2009 – 2º retificação, para a Usina de Angra 3, válida por 6 anos.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2013 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2012	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS*	SALDO 31/12/2013
Em curso	14.006	17.776	(11.446)	-	174	121	20.631
Em serviço - custo	66.182	-	11.446	-	-	5.442	83.070
amortização	(45.858)	-	-	(9.116)	(174)	(209)	(55.357)
Total em serviço	20.324	-	11.446	(9.116)	(174)	5.233	27.713
TOTAL LÍQUIDO	34.330	17.776	-	(9.116)	-	5.354	48.344

*Os valores na coluna OUTROS refere-se a transferência do Imobilizado para o Intangível.

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2012 - R\$ MIL							
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2011	ADIÇÃO	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	OUTROS	SALDO 31/12/2012
Em curso	9.022	9.760	(4.905)	-	129	-	14.006
Em serviço - custo	61.277	-	4.905	-	-	-	66.182
amortização	(38.293)	-	-	(7.436)	(129)	-	(45.858)
Total em serviço	22.984	-	4.905	(7.436)	(129)	-	20.324
TOTAL LÍQUIDO	32.006	9.760	-	(7.436)	-	-	34.330

NOTA 16 - FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está inserida nessa rubrica a provisão do valor de R\$ 137.592 (R\$ 244.882 em 31 de dezembro de 2012), a ser pago a FURNAS por meio do Contrato de Confissão de Dívida para pagamento em 36 parcelas. Essa provisão, entendida como devolução líquida a FURNAS de faturamento a maior, decorre do seguinte:

- 1) Diferença a favor de FURNAS entre as tarifas provisórias que deram base ao faturamento da ELETRONUCLEAR de 2010, 2011 e 2012, e as tarifas definitivas recentemente divulgadas pela Resolução Homologatória nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, a crédito desta rubrica, no valor de R\$ 211.060.
- 2) Complemento de faturamento realizado pela ELETRONUCLEAR no período de 2005 a 2012, a débito desta rubrica, referente às diferenças das perdas na transmissão no valor de R\$ 73.468.

Abaixo, quadro com a composição dos efeitos no exercício:

DEVOLUÇÃO DE TARIFAS E DIFERENÇA NAS PERDAS	
DESCRIÇÃO	R\$ MIL
Movimentação do Passivo circulante - Fornecedores	(15.357)
Movimentação do Passivo não circulante - Fornecedores	(91.933)
TOTAL DOS EFEITOS NO PASSIVO	(107.290)
Efeitos da RH ANEEL 1585/13 - Diferença de tarifas 2010, 2011 e 2012:	
Estorno de parte da provisão de devolução tarifa (Nota 25)	54.012
Variação monetária sobre a provisão líquida da devolução de tarifa (Nota 28)	(20.190)
Subtotal	33.822
Faturamento da diferença de perdas na transmissão de energia de 2005 a 2012	
Provisão de faturamento (Nota 25)	54.129
Variação Monetária sobre a provisão de faturamento (Nota 28)	19.339
Subtotal	73.468
TOTAL DOS EFEITOS NO RESULTADO	107.290

- c) Em 2013, foi estornada de fornecedores a provisão do valor de R\$ 581.431 referente ao diferencial previsto no artigo 12, da Lei 12.111 de 09 de dezembro de 2009, efetuada em dezembro de 2012; bem como os respectivos ajustes a valor presente. Esta operação está respaldada pelo parágrafo 4º, do art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, que foi acrescentado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 1585, de 13 de agosto de 2013, onde facultou a celebração de um acordo entre ELETRONUCLEAR e FURNAS visando a cessão à FURNAS do direito de faturar as concessionárias de serviço público de distribuição de energia o referido diferencial. Em 24 de outubro de 2013, a ELETRONUCLEAR e FURNAS assinaram um Instrumento de Transferência de Obrigação de Cobrança e Outras Avenças, onde a primeira transfere a segunda o direito de cobrança que detém junto às distribuidoras de energia elétrica, do diferencial de que FURNAS é credora, de acordo com autorização da ANEEL.

Abaixo, quadro com a composição dos efeitos no exercício:

BAIXA DO DIFERENCIAL FURNAS X DISTRIBUIDORAS	
DESCRIÇÃO	R\$ MIL
Movimentação do Ativo circulante - Clientes	208.037
Movimentação do Ativo não circulante - Clientes	400.212
TOTAL DOS EFEITOS NO ATIVO	608.249
Movimentação do Passivo circulante - Fornecedores	(188.793)
Movimentação do Passivo circulante - PASEP/COFINS	(59.264)
Movimentação do Passivo não circulante - Fornecedores	(363.193)
TOTAL DOS EFEITOS NO PASSIVO	(611.250)
TOTAL DOS EFEITOS NO ATIVO E PASSIVO	(3.001)
Ajuste a valor presente	3.001
TOTAL DOS EFEITOS NO RESULTADO (Nota 28)	3.001

- d) A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES EM 31/12/2013				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	45.864	45.864
Fornecedores - nacional	36.452	-	107.366	143.818
Fornecedores - exterior	11.002	2.040	3.821	16.863
TOTAL CIRCULANTE	47.454	2.040	157.051	206.545
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	91.728	91.728
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	91.728	91.728
TOTAL EM 31/12/2013	47.454	2.040	248.779	298.273

FORNECEDORES EM 31/12/2012				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	61.221	61.221
Furnas - diferencial distribuidoras	-	-	188.793	188.793
Fornecedores - nacional	57.829	-	72.112	129.941
Fornecedores - exterior	18.539	493	44.661	63.693
TOTAL CIRCULANTE	76.368	493	366.787	443.648
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	183.661	183.661
Furnas - diferencial distribuidoras	-	-	363.193	363.193
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	546.854	546.854
TOTAL EM 31/12/2012	76.368	493	913.641	990.502

NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Tratam-se de financiamentos captados com a ELETROBRAS para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da Usina Angra 1.

Não existem garantias financeiras fornecidas pela ELETRONUCLEAR para os contratos de financiamentos de Angra 1 e 2, sendo a própria ELETROBRAS a garantidora desses financiamentos.

Aplicações nas Usinas Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a ELETROBRAS, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da ELETROBRAS, com abertura de um crédito de R\$ 6.146.256, destinados à implantação da usina Angra 3, tendo sido sacado um montante de R\$ 1.766.000 até 31 de dezembro de 2013.

A garantia do contrato do BNDES está consignada mediante uma cessão fiduciária do faturamento da venda de energia da ELETRONUCLEAR.

Encontra-se em fase de juntamento de documentos e assinaturas, o contrato nº 0410.351-27/2013 entre a ELETRONUCLEAR e a Caixa Econômica Federal - CEF para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3, no montante de R\$ 3,8 bilhões. Enquanto não se tem toda a documentação pronta do contrato e sua assinatura, foi fornecido pelas partes o contrato de Empréstimo Ponte nº 0418.626-06/2013 com garantia da ELETROBRAS, no valor de R\$ 1 bilhão, destinado a aquisição de materiais, equipamentos importados e serviços estrangeiros para a construção da usina Angra 3, tendo sido sacado um montante de R\$ 200.000 até 31 de dezembro de 2013.

a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

DESCRIÇÃO	R\$ MIL							
	31/12/2013				31/12/2012			
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL
C.PRAZO		L.PRAZO	C.PRAZO			L.PRAZO		
ANGRAS 1 e 2: ELETROBRAS	-	56.843	434.721	491.564	2.790	44.133	455.414	502.337
ANGRA 3: ELETROBRAS	-	-	594.250	594.250	2.724	-	594.250	596.974
BNDES	5.288	-	1.935.738	1.941.026	3.943	-	1.345.730	1.349.673
CEF	895	200.298	-	201.193	-	-	-	-
TOTAL GERAL	6.183	257.141	2.964.709	3.228.033	9.457	44.133	2.395.394	2.448.984

b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	53.590	2.395.394	2.448.984
Ingressos	200.000	539.969	739.969
Encargos - resultado	37.108	-	37.108
Encargos - investimento	136.646	-	136.646
Transferência para o circulante	72.124	(72.124)	-
Incorporação de encargos ao principal	(101.470)	101.470	-
Amortização	(134.674)	-	(134.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	263.324	2.964.709	3.228.033

c) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	53.397
2014	263.132	40.968
2015	56.650	40.968
2016	73.578	58.226
2017	93.331	105.105
2018	113.546	120.754
2019	120.133	127.097
Após 2019	2.507.663	1.902.469
TOTAIS	3.228.033	2.448.984

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Pasep e Cofins - diferidos	3.347	13.111
Pasep e Cofins	4.796	51.055
Pasep e Cofins - parcelamento	-	9.413
Taxas de importação	2.797	1.874
Cosirf	5.197	2.117
CIDE s/serviços no exterior	16.148	2.125
IRRF - Folha de pagamento	15.164	13.772
INSS	11.926	11.459
FGTS	3.937	3.550
ISS sobre importação e outros	3.922	2.293
Outros	129	498
SUBTOTAL	67.363	111.267
IR e CSLL diferidos	-	-
TOTAL	67.363	111.267

A companhia constitui IRPJ e CSSL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei 11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em dezembro de 2013, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 318.835 (R\$ 128.445 em 2012), contabilizados no Ativo Circulante e não houve registro contábil. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 332, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	31/12/2013				31/12/2012			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	752.452	67.720	188.114	255.834	798.675	71.881	199.669	271.550
Provisão para participações de empregados	(48.134)	(4.332)	(12.034)	(16.366)	(44.497)	(4.005)	(11.124)	(15.129)
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	195.116	17.560	48.779	66.339	206.494	18.584	51.624	70.208
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(23.796)	(2.142)	(5.949)	(8.091)	(17.551)	(1.580)	(4.388)	(5.967)
Imobilizado do descomissionamento-Custo	15.427	1.388	3.857	5.245	17.451	1.571	4.363	5.933
Outros ajustes CPC	(79.156)	(7.124)	(19.789)	(26.913)	(3.001)	(270)	(750)	(1.020)
Baixa despesas administrativas	(225.844)	(20.326)	(56.461)	(76.787)	(236.591)	(21.293)	(59.148)	(80.441)
Impairment	(532.509)	(47.926)	(133.127)	(181.053)	-	-	-	-
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(57.841)	(5.206)	(14.460)	(19.666)	(45.096)	(4.059)	(11.274)	(15.333)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(45.560)	(4.100)	(11.390)	(15.490)	(22.279)	(2.005)	(5.570)	(7.575)
Provisão para benefícios pós emprego	3.423	308	856	1.164	1.498	135	375	509
Provisão para devedores duvidosos	(96.899)	(8.721)	(24.225)	(32.946)	(92.670)	(8.340)	(23.168)	(31.508)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	4.202	378	1.051	1.429	4.202	378	1.051	1.429
Provisão para contingências judiciais	(93.670)	(8.430)	(23.418)	(31.848)	(67.840)	(6.106)	(16.960)	(23.066)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Subtotal	(923.518)	(83.118)	(230.879)	(313.996)	(191.934)	(17.274)	(47.984)	(65.258)
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	(923.518)	(83.118)	(230.879)	(313.996)	(191.934)	(17.274)	(47.984)	(65.258)
(-)Ativo Diferido	923.518	83.118	230.879	313.996	191.934	17.274	47.984	65.258
Outros resultados abrangentes	14.234	1.281	3.559	4.840	185.846	16.726	46.462	63.188
(-) Outros resultados abrangentes	(14.234)	(1.281)	(3.559)	(4.840)	(185.846)	(16.726)	(46.462)	(63.188)
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2012, os cálculos do IRPJ e CSLL diferidos passaram para Provisões Ativas e não foram contabilizadas pela ELETRONUCLEAR em conformidade com o CPC 32 - Art 24.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei

comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia esta avaliando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e com base no que esta em vigor atualmente, espera que a sua adoção antecipada, ou não, resulte em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

Nossas avaliações consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP, considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento. É possível, que em sua conversão em lei, o texto seja alterado e nossas avaliações possam ser revistas à luz do texto definitivo, e por consequência, nossas conclusões.

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de férias e gratificação de férias	49.855	44.960
Encargos sociais sobre provisão de férias	27.023	23.041
TOTAL	76.878	68.001

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
RGR	49.158	2.887
Taxa de fiscalização da Aneel	699	777
TOTAL	49.857	3.664

Na revisão tarifária de 2013, a RGR não foi considerada na receita de venda da Eletronuclear, pois havia o entendimento naquela época que a partir de 2013 a empresa não pagaria mais tal custo. Entretanto, a Procuradoria da ANEEL, mediante Parecer nº 598/2013-PGE/ANEEL, concluiu que *“a Eletronuclear é agente devedor da RGR e que esse custo deve ser incluído na tarifa da concessionária”*.

Sendo assim, na definição da receita de venda associada à energia de Angra 1 e 2 para o ano de 2014 também foi incluída a parcela relativa à RGR de 2013.

NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

A REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 3.920 (R\$ 3.716 - 31 de dezembro de 2012) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido – Plano BD e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

Os ativos dos planos BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela REAL GRANDEZA e NUCLEOS.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2013		2012	
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
1. Participantes ativos				
1.1. Participantes - nº	737	1.597	732	1.621
1.2. Idade Média	54,96	44,74	54,1	43,5
1.3 Salário Médio em R\$	11.420,98	8.188,56	10.191,28	7.396,00
2. Aposentados				
2.1. Participantes Aposentados - nº	318	158	310	156
2.2. Idade Média	63,31	68,33	62,2	67,8
2.3. Benefício Médio em R\$	6.189,68	5.035,60	6.008,13	4.957,69
3. Pensionistas				
3.1. Participantes Pensionistas - nº	57	62	51	57
3.2. Benefício Médio em R\$	1.940,75	3.157,43	1.764,52	3.006,51
População Total	1.112	1.817	1.093	1.834

a) Termos de compromissos

a.1) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidade da mesma, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2013, monta R\$ 17.651 (R\$ 24.374 - 31 de dezembro de 2012), dos quais R\$ 8.612 estão classificados no passivo circulante (R\$ 7.736 - 31 de dezembro de 2012) e R\$ 9.039 no passivo não circulante (R\$ 16.638 - 31 de dezembro de 2012).

a.2) Contrato de pactuação de obrigação

Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza firmou com a ELETRONUCLEAR o contrato de pactuação de obrigação, com respectivo parcelamento de pagamento, relativo as contribuições amortizantes destinadas ao plano de benefício definido da Real Grandeza. O montante da dívida foi corrigido nos termos contatuais na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 66 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2011. Todas as parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2013 foram quitadas contra crédito da ELETRONUCLEAR, referentes a contribuições que foram pagas após a data de efetivação da dívida.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2013, monta R\$ 11.191, classificados no passivo não circulante.

a.3) Dívida total por vencimento

Os contratos têm o seguinte perfil de vencimento:

ANO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	7.736
2014	8.612	8.077
2015	20.230	8.561
TOTAL	28.842	24.374

b) Outros benefícios pós-emprego – Seguro-saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o aos inativos e pensionistas. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente.

c) Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde e Seguro

c.1) Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas				
	2013		2012	
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,04%	12,03%	8,49%	8,51%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,40%	6,39%	3,43%	3,45%
Projeção de aumento médio dos salários	7,41%	7,41%	6,99%	6,99%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,30%	5,30%	4,89%	4,89%
Taxa média de inflação anual	5,30%	5,30%	4,89%	4,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,04%	12,03%	8,49%	8,51%
Hipóteses Demográficas				
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano Real Grandeza foi de R\$ (129.052) (R\$ 307.524 em 2012) e do plano Nucleos foi de R\$ (69.812) (R\$ 142.502 em 2012).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

c.2) Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

a) Conciliação dos passivos dos planos de benefícios definidos

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	2013				2012			
	Plano BD	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Plano BD	Saúde	Total
	Real Grandeza	Núcleos			Real Grandeza	Núcleos		
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	1.100.961	712.156	23.881	1.836.998	1.273.890	928.222	16.397	2.218.509
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.105.056)	(723.703)	-	(1.828.759)	(1.219.609)	(777.086)	-	(1.996.695)
Passivo(Ativo) Líquido	(4.095)	(11.547)	23.881	8.239	54.281	151.136	16.397	221.814
Efeito da restrição sobre o ativo	4.095	11.547	-	15.642	-	-	-	-
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	28.842	-	-	-	23.601	-	-	-
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	28.842	-	23.881	52.723	54.281	151.136	16.397	221.814
Custo do serviço corrente	8.881	20.825	1.367	31.073	13.864	18.713	-	32.577
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	4.516	12.605	-	17.121	(19.503)	(4.603)	1.846	(22.260)
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	13.397	33.430	1.367	48.194	(5.639)	14.110	1.846	10.317

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e de 31 de dezembro de 2013 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	2013			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.273.890	928.222	16.397	2.218.509
Custo de serviços corrente líquido	27.315	32.941	-	60.256
Custo de juros	108.107	78.863	1.367	188.337
Benefícios pagos	(24.532)	(16.545)	(489)	(41.566)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	<i>(283.819)</i>	<i>(311.325)</i>	<i>6.605</i>	<i>(588.539)</i>
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(464.973)	(383.946)	(10.129)	(859.048)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	181.154	72.621	16.734	270.509
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.100.961	712.156	23.880	1.836.997
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	1.219.609	777.086	-	1.996.695
Receita de Juros	103.590	66.259	-	169.849
Contribuições patronais	20.595	20.857	489	41.941
Contribuições de participantes do plano	18.434	12.116	-	30.550
Benefícios pagos / adiantados	(24.532)	(16.545)	(489)	(41.566)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	<i>(232.642)</i>	<i>(136.070)</i>	<i>-</i>	<i>(368.712)</i>
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(232.642)	(136.070)	-	(368.712)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.105.054	723.703	-	1.828.757

Descritivo	2012			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	756.238	626.671	17.920	1.400.829
Custo de serviços corrente líquido	15.769	24.847	-	40.616
Custo de juros	73.201	58.718	1.846	133.765
Benefícios pagos/adiantados	(38.403)	(17.678)	(578)	(56.659)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	<i>467.085</i>	<i>235.664</i>	<i>(2.791)</i>	<i>699.958</i>
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.273.890	928.222	16.397	2.218.509
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	914.644	620.330	-	1.534.974
Receita de Juros	92.704	63.321	-	156.025
Contribuições patronais	18.851	19.486	578	38.915
Contribuições de participantes do plano	16.992	12.446	-	29.438
Benefícios pagos / adiantados	(38.403)	(17.678)	(578)	(56.659)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	<i>214.821</i>	<i>79.181</i>	<i>-</i>	<i>294.002</i>
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	214.821	79.181	-	294.002
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.219.609	777.086	-	1.996.695

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2013		2012	
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos
Disponível	-	3	-	-
Realizável (Previdenciário e Administrativo)	-	135.669	-	-
Investimento em Renda Fixa	825.004	441.870	3.273	12.547
Investimento em Renda Variável	245.786	94.099	1.148.883	728.784
Investimentos Estruturados	17.780	33.461	-	-
Outros recebíveis	-	6.015	-	-
Investimentos Imobiliários	38.863	16.077	39.817	19.314
Empréstimos e Financiamentos	28.647	4.465	29.070	5.074
Outros	(3.815)	65	(1.434)	11.367
(-) Recursos a receber - patrocinador	(22.634)	-	-	-
(-) Exigíveis Previdenciais	-	(3.161)	-	-
(-) Exigíveis Contingencial	(13.726)	(2.227)	-	-
(-) Fundo de Investimentos	(5.627)	(459)	-	-
(-) Fundo Administrativo	(5.224)	(2.174)	-	-
Total dos Ativos Garantidos	1.105.054	723.703	1.219.609	777.086

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

c.3) Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2013	31.12.2012
Programa Previdenciário Real Grandeza	118.040	132.547
Programa Previdenciário Nucleos	(110.838)	52.872
Programa de seguro	(3.614)	(3.614)
Programa de Saúde	10.646	4.041
Total	14.234	185.846

Descritivo	2013			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	464.973	383.947	10.129	859.049
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(181.154)	(72.621)	(16.734)	(270.509)
Retorno sobre ativos do plano	(232.643)	(136.070)	-	(368.713)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(4.095)			(4.095)
Ajustes saldo da dívida	(32.574)	(11.546)	-	(44.120)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	14.507	163.710	(6.605)	171.612

Descritivo	2012			
	Plano BD Real Grandeza	Plano BD Nucleos	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício				
Ganhos (perdas) atuariais no valor das obrigações	467.085	235.664	2.791	705.540
Retorno sobre ativos do plano	(229.907)	(85.494)	-	(315.401)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(182.006)	-	-	(182.006)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	55.172	150.170	2.791	208.133

d) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 43.650 (Plano Real Grandeza R\$ 21.687 e Nucleos R\$ 21.963) para os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de Real Grandeza 8,20 anos e Núcleos 8,02 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

Real Grandeza

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Benefícios de aposentadoria	65.962	77.912	244.648	2.281.114	2.669.636

Nucleos

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Benefícios de aposentadoria	35.095	38.345	129.010	1.978.917	2.181.367

e) Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano de Benefício Definido Real Grandeza

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 28.262 (aumento de R\$ 29.586).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 15.267 (redução de R\$ 15.891).

Plano de Benefício Definido Nucleos

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 22.178 (aumento de R\$ 23.405).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 9.016 (redução de R\$ 9.381).

Plano de Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R\$ 4.402 (redução de R\$ 3.705).

NOTA 22 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	22.403	7.230	9.667	4.982
Planos Bresser, Collor, etc.	4.681	1.957	4.491	2.393
Outras	2.180	643	2.127	561
Atualização	9.166	-	-	-
	54.162	9.830	32.017	7.936
TRIBUTÁRIAS				
Tributos Federais	799	80	8.461	80
INSS	14.248	17.892	10.386	17.892
Atualização	573	-	-	-
	15.620	17.972	18.847	17.972
CÍVEIS				
Outros	3.828	58	9.169	3.397
Atualização	2.278	-	-	-
	6.106	58	9.169	3.397
AMBIENTAL				
Contecioso	3.500	-	7.326	-
Atualização	15.616	-	-	-
	19.116	-	7.326	-
TOTAL	95.004	27.860	67.359	29.305

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

O aumento na provisão relativa às diferenças de remunerações em R\$ 12.736 refere-se em sua maior parte a atualização dos valores provisionados das 03 (três) ações movidas pelo Sindicato dos Profissionais Técnicos Industriais por conta de reivindicações de

concessão integral do intervalo intrajornada, reflexos e honorários sindicais para um total de R\$ 13.330.

Em dezembro de 2013 foi contabilizada a provisão da atualização dos valores históricos das ações.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em 23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 165.106 atualizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 79.044 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$ 7.894 de processos de natureza trabalhista (R\$ 8.084 em 31 de dezembro de 2012), R\$ 97.479 de ações tributárias (R\$ 67.949 em 31 de dezembro de 2012) e outros de natureza cível no valor de R\$ 59.733 (R\$ 3.011 em 31 de dezembro de 2012).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo monta R\$ 47.504. A ELETOBRAS concedeu, em garantia a essa execução, ações de sua propriedade e que totalizam R\$ 44.601.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R\$ 6 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que, a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, somam R\$ 10.117 (R\$ 6.093 - 31 de dezembro de 2012), referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível.

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL					
Composição	SALDO EM 31/12/2012	MOVIMENTAÇÃO			SALDO EM 31/12/2013
		ATUALIZAÇÃO	BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	32.017	9.166	(2.335)	15.314	54.162
Tributárias	18.847	573	(8.212)	4.412	15.620
Cíveis	9.169	2.278	(5.405)	64	6.106
Ambiental	7.326	15.616	(3.826)	-	19.116
TOTAL	67.359	27.633	(19.778)	19.790	95.004

NOTA 23 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS
a) Descomissionamento
a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

No presente exercício foi realizado estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R\$ 2.089.513, sendo R\$ 938.175 para a Usina Angra 1 e R\$ 1.151.338 para a Usina Angra 2. O valor presente correspondente registrado no passivo é de R\$ 654.194.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.136.342 (R\$ 988.490 em 31 de dezembro de 2012).

a.2) Ajuste a valor presente do descomissionamento

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema ELETROBRAS é de 6,80% ao ano.

b) Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado - Constituição do Passivo

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1112.002/13 de 17/01/2013 (reunião 1112^a), o Relatório Final do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, para determinar as estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

b.1) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 225.900 (Base DEZ/2012).

b.2) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 542.700 (Base DEZ/2012), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

c) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2013			31/12/2012
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	938.175	(483.187)	454.988	285.487
ANGRA 2	1.151.338	(952.132)	199.206	185.007
TOTAL	2.089.513	(1.435.319)	654.194	470.494
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2013			31/12/2012
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	381.954	(140.956)	240.998	258.916
ANGRA 2	382.196	(141.046)	241.150	259.080
TOTAL	764.150	(282.002)	482.148	517.996
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
USINA	31/12/2013			31/12/2012
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	1.320.129	(624.143)	695.986	544.403
ANGRA 2	1.533.534	(1.093.178)	440.356	444.087
TOTAL	2.853.663	(1.717.321)	1.136.342	988.490

NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica	1.833.361	2.120.138
Devolução tarifa a Furnas - RH 1406/12 e RH 1585/13	54.012	(224.906)
Diferença perdas na transmissão - Furnas	54.129	-
Diferencial distribuidoras - RH 1406/12	-	640.695
Outros Serviços	233	513
Impostos sobre vendas		
PASEP	(30.953)	(22.891)
COFINS	(142.580)	(105.550)
ISS	(12)	-
Outros	(668)	(92)
	(174.213)	(128.533)
Reserva global de reversão - RGR	(49.523)	(47.871)
TOTAL	1.717.999	2.360.036

- Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2 de 13.456.225 MWh (14.715.295 MWh - 2012), corresponde a uma receita no exercício de 2013 de R\$ 1.833.361 (R\$ 2.120.138 - 2012).

a) Tarifa praticada pela ELETRONUCLEAR em 2012

O valor da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR cobrada a FURNAS foi o seguinte:

- De 05 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012 > R\$ 144,57 /MWh – Resolução 1406, de 21 de dezembro de 2012;

b) Nova regulamentação de comercialização em 2013

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 passa a ser anual e rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

- Ajuste devolução de tarifa

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013, alterou as tarifas da ELETRONUCLEAR nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, que haviam sido estabelecidas pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012. Com isso, a provisão de devolução de faturamento a FURNAS, contabilizada em dezembro 2012 no valor de R\$ 224.906, passou para R\$ R\$ 170.894, representando uma redução de R\$ 54.012.

- Diferença perdas na transmissão

Nos faturamentos realizados a FURNAS no período de 2005 a 2012, foram deduzidas perdas de energia estimadas em 3%. De acordo com cláusulas contratuais, as perdas a serem consideradas, são aquelas medidas pela CCEE, realizadas em fase posterior ao faturamento.

A apuração dessas diferenças foi realizada, recentemente, pela Assessoria de Comercialização da ELETRONUCLEAR em comum acordo com a área correspondente de FURNAS. O montante apurado no valor de R\$ 54.129 foi contabilizado como complemento de faturamento a crédito da receita de energia em 2013.

c) Novo modo de apuração do PASEP e do COFINS

Com a mudança ocorrida no processo de faturamento de venda de energia elétrica a ELETRONUCLEAR teve o seu modo de apuração do PASEP e COFINS alterado do método cumulativo para não cumulativo representando uma mudança na alíquota de 3,65% para 9,25% bem como passamos a nos beneficiar dos créditos fiscais relativos aos insumos utilizados no processo de geração de energia elétrica.

NOTA 26 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	439.244	411.719
Material	46.546	41.991
Serviços de terceiros	220.376	160.220
Depreciação e amortização	332.824	252.547
Encargos de uso da rede de transmissão	53.807	58.157
Combustível para produção de energia elétrica	298.790	309.672
Diferencial de furnas - RH 1406/12(*)	-	581.431
Aluguéis	9.350	6.485
Outros	26.543	24.939
TOTAL	1.427.480	1.847.161

A variação nos custos de pessoal, material, serviços de terceiros e combustível nuclear foi ocasionada pelas paradas em 2013 de Angra 1 e 2 e em 2012 somente teve a parada de Angra 2. Na parada da Usina Angra 1 de 2013, além da troca de elementos de combustível nuclear, foi executada a substituição da tampa do vaso do reator, aumentando os custos tradicionais das paradas.

Em 2013 foi feito um ajuste na depreciação de Angra 1 no valor de R\$ 52.966 em conformidade com o CPC 27.

(*) Esse diferencial, previsto no artigo 12 da Lei 12.111 de 09 de dezembro de 2009, provisionado em dezembro de 2012 será pago diretamente a FURNAS pelas distribuidoras conforme descrito na Nota 16.c.

NOTA 27 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	92.158	92.172
Material	1.065	638
Serviços de terceiros	70.250	67.759
Depreciação e amortização	11.780	10.846
Aluguéis	17.144	15.055
Provisão p/contingenciais e atuariais - (a)	69.985	37.838
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa - (b)	4.229	92.496
Outras provisões - (c)	582.900	50.825
Outras	31.648	21.454
TOTAL	881.159	389.083

- a) Provisão contingências e atuariais** – O aumento dessa rubrica foi, na sua maior parte, em decorrência dos ajustes atuariais das fundações no valor de R\$ 48.194, sendo o déficit do NUCLEOS R\$ 33.430 e da Fundação Real Grandeza R\$ 14.764. Quanto as contingências judiciais, foi contabilizada a provisão da atualização dos valores históricos das ações.
- b) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa** – A variação negativa desse item foi em decorrência da provisão em 2012 do valor de R\$ 91.710 relativo ao contas a receber de FURNAS conforme descrito no balanço de 2012.
- c) Outras provisões** – O aumento dessa rubrica foi em decorrência da provisão do impairment de Angra 3 no valor de R\$ 532.509.

NOTA 28 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS FINANCEIRAS		
Ajuste a valor presente diferencial a receber das distribuidoras	32.446	-
Ajuste a valor presente diferencial a pagar a Furnas	-	29.445
Aplicações financeiras	6.033	18.793
Variações monetárias e cambiais s/financiamentos - ELETROBRAS	-	10.688
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	21.966	33.840
Variaç.monetária - perdas de transmissão e diferença de tarifa	19.339	-
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	28.799	27.939
Outras	17.345	7.999
	<u>125.928</u>	<u>128.704</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(37.108)	(38.707)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(49.227)	(22.438)
Ajuste a valor presente diferencial a receber das distribuidoras	-	(32.446)
Ajuste a valor presente diferencial a pagar a Furnas	(29.445)	-
Variações monetárias e cambiais s/financiamentos - ELETROBRAS	-	(15.231)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(53.081)	(26.498)
Variaç.monetária - diferença de tarifa	(20.190)	(19.976)
Outras	(9.453)	(5.828)
	<u>(198.504)</u>	<u>(161.124)</u>
TOTAL	(72.576)	(32.420)

NOTA 29 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

a) Síntese das despesas de imposto de renda e contribuição social

SINTESE DAS DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
DESPESA	R\$ MIL					
	Imposto de renda		Contribuição Social		TOTAL	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Corrente	(18.413)	(58.177)	(6.906)	(21.061)	(25.319)	(79.238)
Diferido	-	5.593	-	2.014	-	7.607
TOTAL	(18.413)	(52.584)	(6.906)	(19.047)	(25.319)	(71.631)

b) Imposto de renda e contribuição social corrente – efeito no resultado

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos períodos findos em 2013 e 2012, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(663.216)	91.372	(663.216)	91.372
Adições				
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	49.227	54.884	49.227	54.884
Provisão para participações dos empregado	48.134	44.497	48.134	44.497
Impairment Angra 3	532.509	-	532.509	-
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	40.910	36.613	40.910	36.613
Provisão atuarial benefício pós-emprego	49.853	20.000	49.853	20.000
Provisão para Devedores Duvidosos	4.229	92.496	4.229	92.496
Receita financeira Angra 3 transferida p/o imobilizado	23.281	19.572	23.281	19.572
Provisão para contingências	47.097	25.626	47.097	25.626
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	108.547	35.080	108.547	35.080
Outras	1.901	3.277	333	1.392
	905.688	332.045	904.120	330.160
Exclusões				
Provisão atuarial - resultados abrangentes	51.776	45.761	51.776	45.761
Pagamento de PLR	42.691	-	42.691	-
Reversão provisão de PLR	1.806	-	1.806	-
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	3.001	29.445	3.001	29.445
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	10.747	10.747	10.747	10.747
Reversão de provisão para contingências	21.267	1.272	21.267	1.272
Outras	-	13	-	13
	131.288	87.238	131.288	87.238
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	111.184	336.179	109.616	334.294
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	33.355	100.853	32.885	100.288
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	77.829	235.326	76.731	234.006
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do exercício	18.413	58.177	6.906	21.061
TOTAL	18.413	58.177	6.906	21.061

c) Imposto de renda diferido e contribuição social diferido – efeito no resultado

Imposto de Renda e e Contribuição Social Diferidos no Resultado de 2012	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Receita financeira capitalizada no imobilizado	2.707	244	679	923
Ajuste a valor presente do descomissionamento	(824.115)	(74.170)	(206.029)	(280.199)
Depreciação s/estoque transferido para o Imobilizado	32.351	2.912	8.088	11.000
Imobilizado do descomissionamento	(18.418)	(1.658)	(4.605)	(6.263)
Baixa de despesas da administração central	247.338	22.260	61.835	84.095
Provisão para benefício pós-emprego	24.261	2.183	6.065	8.248
Ajuste CPC - Baixa despesas administrativas	689.197	62.028	172.299	234.327
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(217.932)	(19.614)	(54.483)	(74.097)
Provisão para desvalorização de título	1.532	138	383	521
Provisão para devedores duvidosos	173	16	43	59
Provisão para atualização depósitos judiciais	(4.202)	(378)	(1.051)	(1.429)
Provisão encargos Fundação Real Grandeza	(8.342)	(751)	(2.086)	(2.837)
Provisão para contingências judiciais	43.485	3.913	10.872	14.785
Sub-total	(31.965)	(2.877)	(7.990)	(10.867)
Reversão de Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	9.589	863	2.397	3.260
Total em 31 de dezembro de 2012	(22.376)	(2.014)	(5.593)	(7.607)

Os valores de CSLL e IRPJ Diferidos, contabilizados no resultado de 2012, referem-se aos estornos das Provisões Passivas de 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2013, os cálculos dos referidos impostos passaram para Provisões Ativas e não foram contabilizadas pela Eletronuclear, em conformidade com o CPC 32 artigo 24.

NOTA 30 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	
	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Rendimento das aplicações financeiras contabilizados no resultado	29.314	38.365
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(23.281)	(19.572)
Efeito na receita financeira	6.033	18.793
Encargos financeiros contabilizados no resultado	173.754	133.829
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(136.646)	(95.122)
Efeito na despesa financeira	37.108	38.707
Efeito líquido no resultado	(31.075)	(19.914)

NOTA 31 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL											
SALDOS	31 DE DEZEMBRO DE 2013										31/12/2012
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
Ativo											
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	395	1.455	1.277	1.323	4.450	267.487
Diferencial distribuidoras RH 1406/12 c/ AVP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.154
Fundo descomissionamento	281.006	-	-	-	-	-	-	-	-	281.006	230.670
Outras contas a receber	4.959	26.481	6	-	-	-	-	-	-	31.446	13.806
Passivo											
Fornecedores	-	(1.135)	(85)	(122)	(46)	-	-	-	-	(1.388)	(1.844)
Fornecedores - Provisão	-	(432)	(306)	(396)	(164)	-	-	-	-	(1.298)	(2.005)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(137.592)	-	-	-	-	-	-	-	(137.592)	(244.882)
Diferencial FURNAS RH 1406/12 c/ AVP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(551.986)
Financiamentos captados	(1.085.814)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.085.814)	(1.099.311)
Saldo Líquido	(799.849)	(112.678)	(385)	(518)	(210)	395	1.455	1.277	1.323	(909.190)	(1.360.911)
TRANSAÇÕES	31 DE DEZEMBRO DE 2013										31/12/2012
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Ceal	Cepisa	Ceron	TOTAL	TOTAL
Receita											
Venda de energia	-	-	-	-	-	4.741	17.457	15.323	15.871	53.392	2.120.138
Devolução tarifa de energia RH 1406/12 e 1585/13	-	54.012	-	-	-	-	-	-	-	54.012	(224.906)
Diferença perdas transmissão RH 1585/13	-	54.129	-	-	-	-	-	-	-	54.129	-
Diferencial distribuidoras RH 1406/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.603
AVP - Diferencial distribuidoras RH 1406/12 E 1585/13	-	-	-	-	-	12	795	642	-	1.449	-
Diferencial FURNAS RH 1406/12 e 1585/13	-	581.431	-	-	-	-	-	-	-	581.431	-
AVP - Diferencial FURNAS RH 1406/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.445
Variação monet. - Perdas de transmissão RH 1585/13	-	19.339	-	-	-	-	-	-	-	19.339	-
Remuneração do fundo financeiro	28.799	-	-	-	-	-	-	-	-	28.799	27.939
Despesa											
RGR	(49.523)	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.523)	(47.871)
Diferencial distribuidoras RH 1406/12 e 1585/13	-	-	-	-	-	(231)	(15.704)	(12.668)	-	(28.603)	-
AVP - Diferencial distribuidoras RH 1406/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.449)
Diferencial FURNAS RH 1406/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(581.431)
AVP - Diferencial FURNAS RH 1406/12 E 1585/13	-	(29.445)	-	-	-	-	-	-	-	(29.445)	-
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(20.190)	-	-	-	-	-	-	-	(20.190)	(19.976)
Encargos uso da rede elétrica	-	(5.072)	(3.468)	(4.253)	(1.908)	-	-	-	-	(14.701)	(24.035)
Encargos financeiros	(37.108)	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.108)	(38.707)
Cessão de funcionários	-	(178)	-	-	-	(25)	-	-	-	(203)	(163)
Auditoria externa	(815)	-	-	-	-	-	-	-	-	(815)	(817)
Saldo Líquido	(58.647)	654.026	(3.468)	(4.253)	(1.933)	4.522	2.548	3.297	15.871	611.963	1.266.770

- a) O valor de R\$ 581.431 registrado contra FURNAS, refere-se à reversão da provisão referente ao diferencial previsto no artigo 12, da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, efetuada em dezembro de 2012. Esta operação está respaldada pelo parágrafo 4º, do art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, que foi acrescentado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 1585, de 13 de agosto de 2013, onde facultou a celebração de um acordo entre ELETRONUCLEAR e FURNAS visando a cessão à FURNAS do direito de faturar as concessionárias de serviço público de distribuição de energia o referido diferencial. Em 24 de outubro de 2013, a ELETRONUCLEAR e FURNAS assinaram um Instrumento de Transferência de Obrigação de Cobrança e Outras Avenças, onde a primeira transfere a segunda o direito de cobrança que detém junto às distribuidoras de energia elétrica, do diferencial de que FURNAS é credora, de acordo com autorização da ANEEL.

Em sentido inverso, foi revertido a débito do resultado, a provisão de faturamento líquido contra às concessionárias de serviço público de distribuição de energia, cuja a cobrança passa a ser realizada diretamente por FURNAS, conforme descrito acima.

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

NOTA 32 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	49.523	47.871
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	81	82
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE classificada como retificadora da receita operacional	587	-
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	8.736	8.986
TOTAL	58.927	56.939

NOTA 33 – SEGUROS – não auditada

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 16.361.238 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
SEGUROS - RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO CORRESPONDENTE
Riscos nucleares	28/2/2014	3.015.639	11.381
- Danos materiais		2.168.900	6.405
- Responsabilidade civil		846.739	4.976
Riscos de Engenharia	01/12/2015	12.419.075	171.046
- Construção		10.415.487	152.966
- Armazenamento de equipamentos		2.003.588	18.080
Diversos	Diversas	926.524	1.255
TOTAL		16.361.238	183.682

NOTA 34 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2013, foram de R\$ 43.765,81 e R\$ 2.387,24 (R\$ 42.181,14 e R\$ 2.225,03 – dezembro de 2012), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2013, corresponde a R\$ 34.883,31 (R\$ 32.726,63 – dezembro de 2012).

Nos exercícios de 2013 e de 2012, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração dos Diretores e Conselheiros (*)	3.086	2.389
Encargos Sociais	860	808
Benefícios	224	689
Participação nos Lucros e Resultados (*)	292	239
TOTAL	4.462	4.125

(*) Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração.

NOTA 35 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2013. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica; à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3; e aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

35.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.672, de 19 de dezembro de 2013, estabeleceu a receita fixa de R\$ 2.164.001 para o ano de 2014, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2, e a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.663, de 3 de dezembro de 2013, estabeleceu as cotas-partes para os anos de 2014 a 2019. Desta forma a ELETRONUCLEAR tem garantida a receita da geração das usinas Angra 1 e 2 para os anos de 2013 a 2019.

Na receita fixa de R\$ 2.164.001 para o ano de 2014 está incluso o valor de R\$ 61.393 relativo a revisão da receita do ano de 2013 solicitada pela ELETRONUCLEAR.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL			
	2014	2015 / 2016	2017 / 2018	2019
AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A	55.384	110.769	110.769	55.384
Ampla Energia e Serviços S.A.	61.126	122.251	122.251	61.126
Bandeirante Energia S.A	63.700	127.399	127.399	63.700
Caiuá Distribuição de Energia S.A	7.075	14.149	14.149	7.075
CEB Distribuição S.A.	37.914	75.827	75.827	37.914
Celesc Distribuição S.A.	109.761	219.523	219.523	109.761
CELG Distribuição S.A.	69.560	139.121	139.121	69.560
CEMIG Distribuição S.A	167.612	335.223	335.223	167.612
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	17.725	35.451	35.451	17.725
Centrais Elétricas do Pará S.A.	43.681	87.362	87.362	43.681
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	37.350	74.699	74.699	37.350
Companhia de Eletricidade do Acre	5.295	10.590	10.590	5.295
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	101.958	203.916	203.916	101.958
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	10.546	21.093	21.093	10.546
Companhia Energética de Alagoas	19.496	38.993	38.993	19.496
Companhia Energética de Pernambuco	68.926	137.852	137.852	68.926
Companhia Energética do Ceará	58.514	117.028	117.028	58.514
Companhia Energética do Maranhão	31.786	63.571	63.571	31.786
Companhia Energética do Piauí	17.114	34.229	34.229	17.114
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	28.156	56.312	56.312	28.156
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	53.201	106.403	106.403	53.201
Companhia Jaguari de Energia	2.966	5.931	5.931	2.966
Companhia Luz e Força Mococa	1.404	2.808	2.808	1.404
Companhia Luz e Força Santa Cruz	5.989	11.979	11.979	5.989
Companhia Nacional de Energia Elétrica	3.593	7.187	7.187	3.593
COPEL Distribuição S.A.	159.405	318.810	318.810	159.405
Companhia Leste Paulista de Energia	1.823	3.646	3.646	1.823
Companhia Paulista de Força e Luz	141.221	282.442	282.442	141.221
Companhia Piratininga de Força e Luz	61.907	123.814	123.814	61.907
Companhia Sul Paulista de Energia	2.476	4.952	4.952	2.476
DME Distribuição S.A. - DMED	2.683	5.365	5.365	2.683
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	82.179	164.358	164.358	82.179
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	254.117	508.234	508.234	254.117
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	5.517	11.034	11.034	5.517
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	4.581	9.162	9.162	4.581
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	25.641	51.282	51.282	25.641
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	4.311	8.622	8.622	4.311
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia. S.A.	7.434	14.868	14.868	7.434
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A	23.073	46.146	46.146	23.073
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	17.143	34.286	34.286	17.143
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	41.570	83.140	83.140	41.570
Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda	1.477	2.954	2.954	1.477
Light Serviços de Eletricidade S.A.	135.165	270.329	270.329	135.165
Rio Grande Energia S.A.	51.052	102.103	102.103	51.052
TOTAL	2.102.608	4.205.216	4.205.216	2.102.608

35.2 – Combustível nuclear - não auditada

Contratos assinados com a INB - Indústrias Nucleares Brasileiras, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2014	214.842
2015	279.166
2016	233.203
Após 2016	6.232.631
TOTAIS	6.959.842

35.3 – Compromissos socioambientais – não auditada

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2014	18.416
2015	71.505
2016	84.283
Após 2016	133.570
TOTAIS	307.774

35.4 – Aquisições de bens e serviços – não auditada

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2014	1.039.603
2015	1.990.837
2016	2.483.842
APÓS 2016	1.704.245
TOTAL	7.218.527

NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia instituiu em fevereiro de 2014 o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões para março de 2014 e o início dos desembolsos por conta dos desligamentos para agosto de 2014, de acordo com o fluxo financeiro de caixa da Companhia para o 2º semestre de 2014. Na forma da legislação societária, tão logo as adesões ao PSPE sejam finalizadas há de se reconhecer contabilmente seus efeitos como um todo, o que pode afetar significativamente os resultados da companhia nos anos de 2014 e possivelmente 2015.
